Câmara dos Deputados

Gabinete Deputado Federal General Pazuello – PL/RJ

REQUERIMENTO N° DE 2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Minas e Energia,

O Deputado Federal General Pazuello, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e no artigo 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer que seja solicitado ao Ministro de Minas e Energias, que preste informação referente à decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de não realizar compensações aos geradores de energia elétrica por fontes renováveis, eólicas e fotovoltaicas, devido ao *curtailment* imposto pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS):

- 1. Qual foi o critério adotado para a tomada da decisão de não realizar as compensações aos geradores de energia por fontes renováveis devido ao *curtailment*?
- 2. Quais procedimentos adotados nesse sentido?
- 3. Quais foram os votos nominais dos conselheiros da ANEEL na deliberação sobre essa matéria?
- 3. Quais foram os valores pagos em compensações aos geradores de energia por fontes renováveis nos anos de 2022, 2023 e 2024?
- 4. Qual foi o volume de energia gerado por fontes eólica e fotovoltaica nos anos de 2022, 2023 e 2024?

Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Gabinete 919 – Anexo IV CEP: 70160-900– Tel.: (61) 3215-5919 – e-mail:

dep.generalpazuello@camara.leg.br





- 5. Quais foram os volumes de energia não injetados no Sistema Interligado Nacional (SIN) durante esse período e quais foram os motivos que impediram a sua injeção?
- 6. Quais são os ajustes necessários para garantir o fornecimento e a eficiência do Sistema frente a situações de *curtailment*?
- 7. Quais são os investimentos necessários em infraestrutura para minimizar os impactos do *curtailment* e otimizar a integração da geração de energia renovável ao SIN?
- 8. Quantas ações judiciais estão atualmente em tramitação sobre essa matéria? Em que fase processual cada uma se encontra? Qual é a posição da ANEEL sobre essas demandas?
- 9. Quais são os escritórios de advocacia contratados pela ANEEL para tratar dessa questão e quais são os valores dos contratos firmados?
- 10. Informar nominalmente a relação dos servidores envolvidos no tema, especificando a posição funcional de cada um.
- 11. Qual é o impacto financeiro da decisão da ANEEL sobre os geradores de energia renovável, considerando que essas usinas dependem da venda de energia para manter sua viabilidade econômica e estão enfrentando prejuízos quando a geração é interrompida sem ressarcimento proporcional?

JUSTIFICAÇÃO

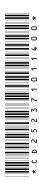
O Brasil nos últimos anos teve um aumento na geração de energia solar e eólica, no que pese as constantes oscilações na produção de energia, impondo desafios para a estabilidade do sistema elétrico e das cotas de fundos de investimento.

A falta de estabilidade das cotas de fundos de investimento gerou, por conseguinte, a desvalorização dos investimentos e o *curtailment*, que significa a redução forçada ou interrupção da geração de energia renovável, determinada pelo

Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Gabinete 919 – Anexo IV CEP: 70160-900– Tel.: (61) 3215-5919 – e-mail:

dep.generalpazuello@camara.leg.br





Operador Nacional do Sistema (ONS) e, estabelecido com base nos seguintes fatores: excesso de geração; limitações na rede de transmissão e, custos e eficiência.

"Embora o curtailment seja uma prática necessária para a estabilidade do sistema, ele pode impactar a rentabilidade das usinas de energia renovável, já que elas deixam de gerar e vender a energia em momentos de pico de produção. Isso tem sido um desafio no Brasil, onde a geração solar e eólica tem crescido rapidamente, e questões relacionadas à infraestrutura e ao armazenamento de energia ainda precisam ser aprimoradas, impactando negativamente esses empreendimentos".

O corte de geração ou *constrained-off* é um desafio para os geradores renováveis e afeta de forma negativa os fluxos de caixa das usinas, impactando nas obrigações financeiras e contratuais, o que, de per si, justifica que ocorra as compensações.

Neste contexto, a Câmara dos Deputados, como órgão fiscalizador, tem a obrigação de zelar pela transparência, harmonizando os interesses dos usuários com os das empresas e entidades do setor, tendo sempre como norte, a preservação do interesse público, sendo, portanto, essencial que o Sr. Ministro de Minas e Energia, forneça as informações solicitadas de maneira clara e detalhada, demonstrando seu compromisso com a transparência e a boa governança.

Sala das Sessões, de março de 2025.

Deputado GENERAL PAZUELLO PL/RJ

Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Gabinete 919 – Anexo IV CEP: 70160-900– Tel.: (61) 3215-5919 – e-mail:

dep.generalpazuello@camara.leg.br



¹ https://legislacaoemercados.capitalaberto.com.br/curtailment-cortes-de-geracao-de-energia-solar-e-eolica-preocupam-investidores/